

Revista

ROMÁRIO

EDIÇÃO 2/2016



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

CPI DO FUTEBOL

Romário pede indiciamento de cartolas

■ DIREITOS:

Conheça as novas regras para o casamento de pessoas com deficiência

■ LEI ROMÁRIO

Horário reduzido para pais de pessoas com deficiência

■ ESPORTE

Paralimpíada ganha o coração dos brasileiros

Salve, galera!

2016 foi um ano que ficará marcado para sempre na mente e no coração dos brasileiros! Fatos que vivenciamos neste ano entrarão para as páginas dos livros de história e contarão às futuras gerações como enfrentamos os desafios que nos foram colocados.

Tomamos às ruas para protestar, para comemorar e para nos solidarizar. Milhões de pessoas estiveram em lados opostos em posições políticas, mas estiveram unidas para celebrar e partilhar a dor.

De norte a sul do Brasil, ninguém ficou indiferente ao caos político que tomou conta do país, do impeachment da presidente Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade fiscal, aos escândalos de corrupção, que levaram empresários e figuras políticas para a prisão, a exemplo de ex-presidente da Câmara dos Deputados e de ex-governador do Rio de Janeiro. Nós brasileiros também cele-

bramos a conquista dos nossos atletas e paratletas na Olimpíada e Paralimpíada do Rio de Janeiro e choramos a tragédia que vitimou 71 pessoas, com a queda do avião que levava a delegação do Chapecoense, jornalistas e convidados para a disputa da final da Copa Sul-Americana, em Medellín, na Colômbia.

Os últimos 12 meses exigiram de nós nervos de aço e respondemos com vigor, nunca com indiferença. E é essa vibração que o País espera de nós para superar os problemas que ainda temos pela frente.

Força e coragem para todos nós!

Um 2017 de paz e harmonia no país!



REDES SOCIAIS



WWW.ROMARIO.ORG



ROMÁRIO FARIA



@ROMARIOFARIA



@ROMARIOONZE



ADICIONE: (21) 99794-9911

EXPEDIENTE

BRASÍLIA

SENADO FEDERAL, ALA NILO COELHO, GABINETE 11, ANEXO II
PRAÇA DOS TRÊS PODERES - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
TELEFONES: (61) 3303-6517 / 3303-6519

RIO DE JANEIRO

AV. DAS AMÉRICAS Nº 3500 EDIFÍCIO HONG KONG 3000
SALA 130 - BARRA DA TIJUCA - RJ - CEP: 22640-102
TELEFONE: (21) 3988-9511

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
LETÍCIA ALCÂNTARA

TEXTO:
JOSÉ CRUZ
LENICE LENGRIUBER
MARIA CAROLINA LOPES
RENATA ANDRADE

PROJETO GRÁFICO:
RAFAEL COELHO MINERVINO
FABIANO CAMPÊLO

Ivy conduz tochas Olímpica e Paralímpica

Ivy, filha do senador Romário, foi uma das mais jovens condutoras das tochas Olímpica e Paralímpica. Caçula de seis filhos, a menina, que tem síndrome de Down, não escondia a alegria ao assumir esse papel nos trechos em que percorreu, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Acompanhada do pai, Ivy deu uma importante contribuição para os eventos no combate ao preconceito e à necessidade de dar às pessoas com deficiência mais acessibilidade, mais oportunidade, assim como mais visibilidade.

A presença de pessoas com deficiência em todo o percurso contribuiu não apenas para sensibilizar, mas para mostrar que elas são capazes de muito mais do que o senso comum imagina. Essas participações serviram também para que o público pudesse ver com olhos livres de preconceito a causa das pessoas com deficiência. O que se viu na sequência, com o ótimo desempenho dos atletas paralímpicos ao longo da competição, só ajudou a evidenciar ainda mais a capacidade que essas pessoas têm de superar e de surpreender.

FOTO: ANDRÉ LUIZ MELLO





Paralimpíada ganhou o coração dos brasileiros

Com o encerramento dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, o Brasil fechou uma década de realizações dos maiores eventos esportivos do mundo: Jogos Mundiais Militares (2011), Jogos Mundiais Escolares (2013), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015), Jogos Olímpicos de Verão (2016) e Jogos Paralímpicos (2016). Mas este último, em especial, mexeu com o coração do Brasil. O evento despertou emoções nunca vividas por milhares de torcedores, graças a performance de atletas paralímpicos desafiando os limites do próprio corpo.

Embalado pelo entusiasmo dos Jogos Olímpicos, o torcedor brasileiro foi às competições paralímpicas na esperança de ver, quem sabe, "apenas" o desempenho do atleta "imperfeito". E foi surpreendido com a "perfeição" nos limites de cada deficiência. Os Jogos, enfim, nos ensinaram como o esporte constrói a disciplina pessoal e promo-

ve a integração social, o principal legado que se pode desejar.

Como escreveu a professora Katia Rúbio, da Universidade de São Paulo, "os Jogos Paralímpicos são a representação maior da superação daquilo que se usou denominar imperfeição".

Diferente de outros atletas com um histórico de vida dedicada ao esporte, o atleta paralímpico tem uma trajetória de vida, muitas vezes, marcado por violência, vítimas de conflitos militares mundo afora ou da própria violência urbana ou no trânsito.

O histórico do atleta paralímpico dá uma dimensão da importância da prática esportiva entre as pessoas com deficiência, isso porque muitos deles têm no esporte um recomeço. Isso é o que revela um estudo realizado pelo Senado Federal. O instituto DataSenado fez uma pesquisa inédita com 888 paratletas brasileiros e metade deles afirmou que só chegou ao esporte motivados pela tentativa de se reabilitar da deficiência adquirida. Apenas 11% dos entrevistados já praticavam o

mesmo esporte que os levaram aos Jogos do Rio de Janeiro.

A pesquisa ainda mostrou que, lamentavelmente, o preconceito ainda persegue a comunidade das pessoas com deficiência, da qual fazem parte 20% da população brasileira. De acordo com o DataSenado, 70% dos paratletas ouvidos afirmaram já ter sido vítimas de algum tipo de discriminação. Isso demonstra como o Brasil é um país mal-educado em relação a promoção da inclusão.

O momento é de homenagens aos 4.333 atletas que disputaram os Jogos do Rio de Janeiro, e, em especial, aos 287 astros brasileiros, responsáveis pela conquista de 72 medalhas, expressiva evolução sobre as 43 obtidas nos Jogos de Londres (2012).

A Paralimpíada do Rio de Janeiro entrou para a história do nosso esporte promovendo a conscientização sobre a igualdade entre as pessoas, que começa pelo indispensável princípio da inclusão.

Mais recursos

Para garantir que o esporte continue gerando benefícios à sociedade brasileira, o senador Romário (PSB-RJ) atua em Brasília para aumentar e tornar mais eficiente a distribuição de recursos na área. Em 2015, ele ajudou a aprovar a Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência – e assegurou um significativo aporte de recursos para o esporte paralímpico.

Como relator da nova legislação, Romário apoiou o aumento, de 2% para 2,7%, da destinação de recursos das loterias federais para o financiamento do esporte. “Quando investimos em esporte, investimos em reabilitação, saúde, bem-estar, segurança pública. O esporte afasta o jovem da violência, promove a inclusão social e previne muitas doenças”, aponta o senador

Medalhas inéditas

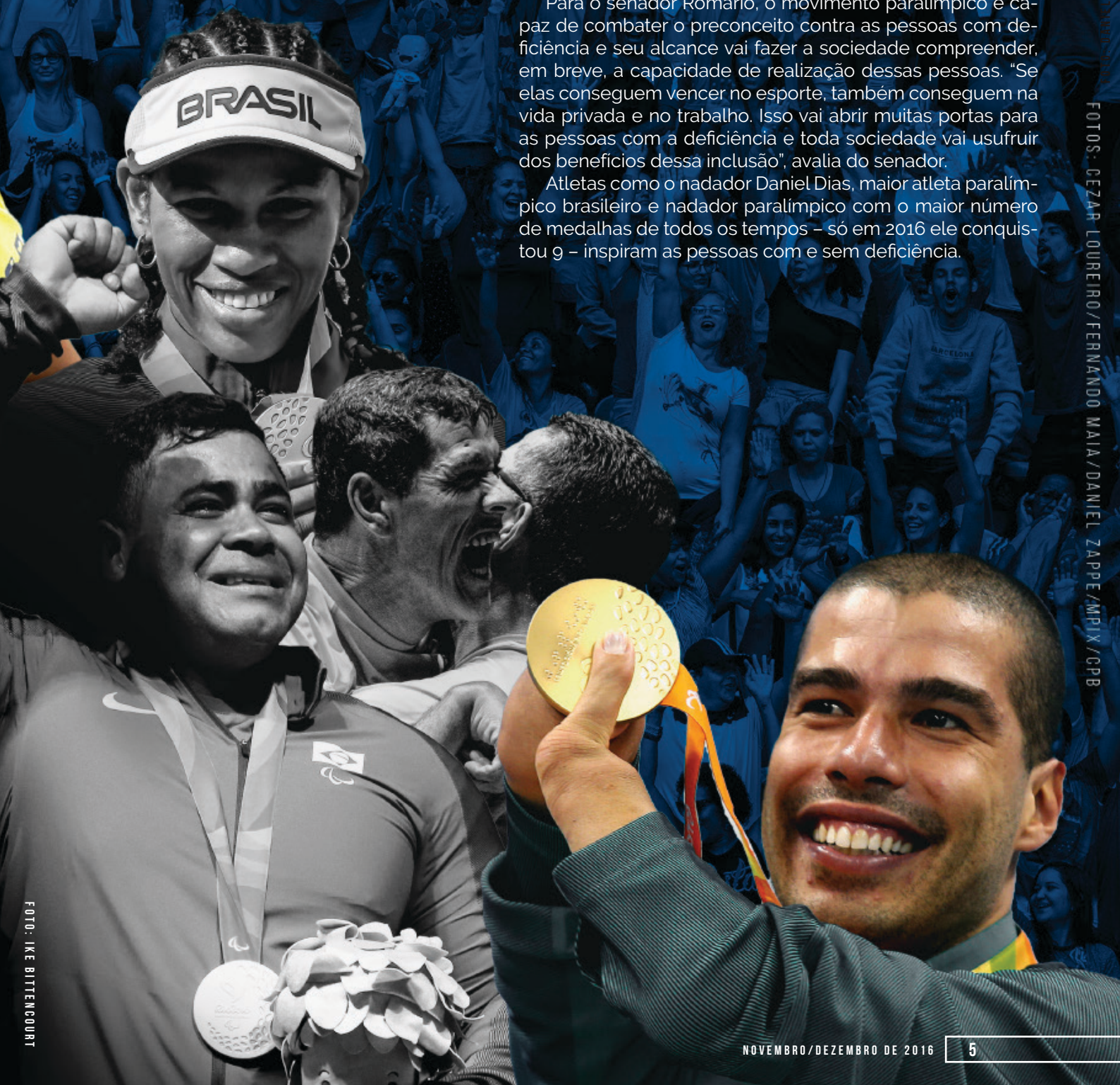
O evento garantiu medalhas inéditas para o Brasil. Na bocha adaptada, esporte sem muita tradição no País, Dirceu Pinto e os irmãos Marcelo e Eliseu dos Santos conquistaram a prata; Antônio Leme e Evelyn Oliveira, o ouro. A emoção de Antônio Leme abraçado ao irmão Fernando, que o auxilia no posicionamento das calhas durante as provas, foi um dos momentos mais bonitos de todo o evento. Surpresa também no halterofilismo. Evânio Rodrigues foi o primeiro brasileiro a conquistar, na modalidade, uma medalha para o País em Jogos Paralímpicos. O atleta ficou com a prata na categoria 88kg.

Muito além dos números

Uma análise do desempenho do Brasil nos Jogos Paralímpicos de 2016 vai muito além do oitavo lugar e das 72 medalhas conquistadas na competição. O maior legado do evento foram os exemplos de superação.

Para o senador Romário, o movimento paralímpico é capaz de combater o preconceito contra as pessoas com deficiência e seu alcance vai fazer a sociedade compreender, em breve, a capacidade de realização dessas pessoas. “Se elas conseguem vencer no esporte, também conseguem na vida privada e no trabalho. Isso vai abrir muitas portas para as pessoas com a deficiência e toda sociedade vai usufruir dos benefícios dessa inclusão”, avalia o senador.

Atletas como o nadador Daniel Dias, maior atleta paralímpico brasileiro e nadador paralímpico com o maior número de medalhas de todos os tempos – só em 2016 ele conquistou 9 – inspiram as pessoas com e sem deficiência.



FOTOS: CÉZAR LOUREIRO/FERNANDO MAIA/DANIEL ZAPPE/MPX/CPB



REFORMA DO ENSINO MÉDIO

ROMÁRIO DEFENDE MANUTENÇÃO DA
EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS

Em setembro, chegou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 746 com uma ampla proposta de reforma do ensino médio. O texto, do poder Executivo, amplia a carga horária mínima do ensino médio de 800 para 1.400 horas e flexibiliza o currículo escolar. A proposta altera diversos trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/1996).

A MP gerou muita polêmica ao retirar a obrigatoriedade de disciplinas como educação física, artes, inglês, filosofia e sociologia do curri-



FOTO: BRUNA BASILIO

culo e recebeu diversas críticas por não ter sido, previamente, debatida com a população.

Presidente da Comissão de Educação do Senado, Romário (PS-B-RJ), avalia que o tema deveria ter sido encaminhado como projeto de Lei, de modo que pudesse ser aprimorado coletivamente com os parlamentares e com a participação da sociedade. Na forma de Medida Provisória, o texto entra automaticamente em vigor e tem até 120 dias para ser aprovado pelo Congresso, depois disso, perde a validade.

A MP recebeu inúmeras propostas de alteração do texto. Romário apresentou emenda para garantir o retorno da obrigatoriedade da educação física no currículo. A proposta foi acatada pelo relator da MP.

O parlamentar também sugeriu

o aprimoramento da atividade, com a diversificação das aulas. A defesa do senador é amparada por estudos que apontam que a atividade física é essencial para o rendimento escolar, pois os exercícios aumentam a oxigenação do cérebro e a atividade neuronal. Romário também defende a importância da atividade física para garantir aos jovens hábitos saudáveis ao longo da vida. "Cidadãos inativos têm mais problemas de saúde. Temos que incentivar a prevenção de doenças e quanto mais cedo melhor", defende o senador. De acordo com Romário, 52% dos adultos estão acima do peso no Brasil. No mundo, a inatividade física tem um custo de US\$ 67 bilhões, quando se somam os gastos do sistema de saúde e os anos perdidos de trabalho.

ENSINO DA CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS

Outra emenda apresentada pelo senador Romário determina a inclusão do estudo da Constituição nas Escolas. Para o senador, a formação sobre direito e cidadania é um anseio da sociedade que se interessa, a cada dia mais, por política e democracia.

O parlamentar já apresentou um projeto com o mesmo conteúdo, que foi aprovado pelo Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Para Romário, o estudo da Constituição pode ajudar a formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

LEI DE INCLUSÃO FACILITA CASAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

FOTO: FABIANO OLIVEIRA

O casal Jéssica Maria Vicente e Alonso Mata se conheceram no colégio, há pouco mais de três anos. Começaram a conversar durante uma festa junina organizada por professores e pais. O papo evoluiu para um namoro e, no dia 30 de julho deste ano, virou casamento. Eles trocaram alianças em uma linda cerimônia ecumênica. Um dia antes, a união havia sido oficializada no cartório de registro Civil da cidade onde moram.

É uma história convencional, se não fosse por um detalhe: Jéssica e Alonso são o primeiro casal com síndrome de Down a se casarem oficialmente em cartório no estado do Paraná. E isso só foi possível com a vigência, a partir de janeiro, da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Até então, os casais com deficiência intelectual enfrentavam uma verdadeira saga na justiça para registrar a união. Primeiro, os pais ou os responsáveis legais tinham que consentir. Depois, era preciso elaborar uma ação judicial pedindo que o juiz assinasse a liberação.

O processo se arrastava por meses, às vezes por mais de um ano. E não havia garantia de sucesso. Os juizes mais conservadores simplesmente vetavam casamentos desse tipo, ainda que a deficiência fosse leve.

Agora, basta que os noivos apresentem os documentos, levem as testemunhas e assinem um papel em que atestam que a união se dará por livre e espontânea vontade. Nada mais do que isso, como foi com Jéssica e Alonso.

Antes da vigência da lei e sem querer enfrentar os trâmites burocráticos, os atores Rita Pokk e Ariel Goldenberg, protagonistas do filme *Colegas*, decidiram se casar somente em uma cerimônia religiosa. "Foi o dia mais feliz da minha vida. Entrei de braço dado com meu pai. Ele ainda era vivo. Tudo estava lindo. O coração do Ariel estava quase saindo pela boca, de tanta alegria. Foi um grande sonho que meu marido e eu realizamos", conta Rita. Agora, com a facilidade da nova lei, eles não descartam oficializar a união também no Civil.

O senador Romário, relator da LBI, lembra que esse foi um dos pontos mais debatidos durante a tramitação do projeto, pois havia uma rejeição à autonomia da pessoa com deficiência em relação ao matrimônio.

"Pra mim, os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência intelectual são os mesmos de qualquer cidadão. E também os direitos civis, entre os quais se inclui o casamento. Privá-las de exercer esses direitos só fortalece o preconceito da sociedade", avalia Romário.

A deficiência intelectual se origina em alguma alteração no funcionamento cerebral. Como resultado, o indivíduo pode

FOTO: SARAH HOUSTON



**Madeline
Stuart em seu
ensaio de
noiva**

apresentar dificuldade para adquirir e processar o conhecimento. Em tese, isso provocaria alguma limitação na vida social, mas estudos e experiências vêm comprovando que ensiná-los a ter autonomia é a melhor forma ajudá-los a superar as dificuldades.

A prova disso é o casal Thiago Neves e Ione de Aquino. Eles vivem juntos há quase dez anos, mas só há poucos meses oficializaram o casamento no cartório. O casal tem uma filha de 6 anos que não tem deficiência e está à espera do nascimento de mais uma menina. "Com o casamento, alguma coisa dentro de mim mudou. Acho que fiquei mais maduro e responsável. Também me sinto mais parecido com as pessoas que não são especiais", conta Thiago.

Depois de fazer cursos profissionalizantes oferecidos pela Apae Brasília, cada um foi contratado por um supermercado da cidade. O preconceito, ainda existe, mas é minimizado pelo amor que sentem um pelo outro e pela certeza de que podem ir longe com a família. "Em um trabalho anterior, uma colega vivia me chamando de doida. Nós, que somos especiais, sofremos um bullying danado. É triste", lamenta Ione.

A DEFICIÊNCIA EM NÚMEROS

De acordo com o Censo do IBGE (2010), 0,8% da população brasileira tem algum tipo de deficiência intelectual. Em números absolutos, haveria 1,6 milhão de pessoas nessa condição, o equivalente a toda a população da cidade do Recife. Para especialistas, a cifra é subestimada, pois muitas famílias escondem a informação por vergonha ou desconhecem que há alguém com deficiência intelectual em casa por falta de diagnóstico.

*COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA SENADO

FOTO: ALEKSANDRA ZAKARTCHOUK



**Rita Pokk e Ariel
Goldenberg**



COMBATE AO PRECONCEITO ÀS PESSOAS COM NANISMO

Está prestes a entrar para o calendário brasileiro o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo, 25 de outubro. Quase 20 países já celebram a data. De autoria do senador Romário, o projeto que institui o dia foi aprovado no Senado e aguarda decisão da Câmara dos Deputados.

A data escolhida é uma homenagem ao nascimento do ator norte-americano Billy Barty, portador da doença e uma das primeiras pessoas do mundo a lutar contra o preconceito.

Para Romário, a ampliação do debate sobre o tema irá impactar na educação, na produção cultural, no

esporte, no mundo do trabalho, assim como na sensibilização da sociedade quanto ao respeito às pessoas que apresentam essa característica.

"Precisamos sempre lembrar que as pessoas com nanismo têm o direito de viver uma vida normal e completa, sem a eterna imagem de que são comediantes, ninguém nasceu para ser piada", afirma Romário.

O projeto aguarda aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Se aprovado, segue para sanção presidencial.



FOTO: JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA

Outra data que pode entrar para o calendário nacional em breve é o Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). A data, proposta pelo senador Romário (PSB-RJ) com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a doença, foi aprovada pelo Senado e agora está em análise na Câmara dos Deputados. O dia escolhido foi 21 de junho, mesma data de outros países do mundo.

A Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) é uma doença, sem cura, que causa degeneração do neurônio responsável pelos movimentos. A enfermidade, ainda pouco conhecida pela população, ganhou destaque depois de uma campanha que desafiava as pessoas a tomar um banho com um balde de gelo para promover a conscientização sobre a doença e incentivar as doações para pesquisa. Várias celebridades aderiram à campanha.



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

LEI ROMÁRIO

HORÁRIO ESPECIAL PARA SERVIDOR COM CÔNJUGE OU FILHO COM DEFICIÊNCIA

Servidores públicos federais que têm filho, cônjuge ou dependente com qualquer tipo de deficiência agora tem direito a horário especial, sem redução salarial ou necessidade de compensação de horas. Sancionada em 12 de dezembro, a lei nº 13.370/2016 vai beneficiar milhares de famílias em todo o Brasil.

Proposta pelo senador Romário, a nova legislação respeita o princípio da dignidade humana e reconhece a necessidade de integração social das pessoas com deficiência que dependem de terceiros.

Antes da entrada em vigor da nova norma, apenas o próprio servidor com deficiência poderia usufruir da redução de horário. O benefício, no entanto, é restrito aos servidores que comprovarem a necessidade por meio de um atestado, certificado por uma

junta médica.

“Com a redução da jornada, teremos a possibilidade de dar um melhor acompanhamento a nossos filhos e isso vai refletir no futuro deles, eles terão mais chances de ter um futuro”, avalia o presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta.

O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) Carlos Eduardo Brissola explica que a lei reforça normas internacionais que o Brasil é signatário. Segundo ele, a legislação também serve de base para ações que o MPT move na busca pelo direitos das pessoas com deficiência.

“É uma grande vitória para as pessoas com deficiência e seus familiares. Entendemos que a lei pode ser aplicada à empresas públicas e sociedades de economia mista que também se submetem aos princípios da administração pública, como é o caso da Petrobras”, esclarece o procurador.



PROJETO AMPLIA OFERTA DE EDUCAÇÃO PARA ADULTOS COM DEFICIÊNCIA



Está em análise na Comissão de Educação (CE) um projeto de lei que amplia a oferta de educação a jovens e adultos com deficiência (PLS 208/2016). O objetivo da proposição é garantir educação gratuita a todos aqueles que não tiveram acesso à formação educacional na idade adequada.

O senador Romário (PSB-RJ), autor do texto, observa que, sem educação, as pessoas não conse-

guem ter acesso a direitos básicos. A situação se agrava ainda mais para aqueles que têm algum tipo de deficiência. "Atentei para o problema depois de receber inúmeros pedidos de ajuda e tomar conhecimento de situações dramáticas de pessoas que não tiveram, enquanto criança ou adolescente, a oportunidade de estudar. Abrir as portas das escolas para as pessoas com deficiência, tenham elas a idade que tiverem, é um

dever inadiável", defende o autor.

Relator do projeto na CE, o senador Paulo Paim apresentou parecer favorável à proposição. "O cuidado com o cidadão relegado ao limbo pela ausência de políticas públicas consistentes, certamente, pode contribuir para que tenhamos um país mais justo", escreveu Paim em seu relatório. Depois de aprovado, o projeto será analisado pela Câmara dos Deputados.



PROJETO DE ROMÁRIO DETERMINA QUE PROGRAMAS HABITACIONAIS ADOTEM ARQUITETURA ACESSÍVEL

O senador Romário apresentou um projeto de lei que altera a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) para determinar que os projetos de construção – adotados em programas habitacionais públicos ou feitos em parceria com o poder público – adotem obrigatoriamente o desenho universal (PLS 279/2016).

Na arquitetura, o termo "desenho universal" é utilizado para descrever projetos de espaços públicos ou comerciais, casas e apartamen-

tos acessíveis para todas as pessoas, com ou sem deficiência. O objetivo é simplificar a vida daqueles que vão utilizar o espaço, independentemente da idade e capacidade física ou motora. Projetos com desenho universal possuem rampas, elevadores acessíveis, pisos táteis, barras de apoio.

Para o senador Romário, qualquer país que deseja ser verdadeiramente inclusivo precisa começar a pensar em adotar o desenho universal nas suas construções. "Uma

cidade verdadeiramente inclusiva deve se preocupar com todos os tipos de deficiência. Isso deve ser feito tanto nas vias urbanas, como nos prédios residenciais e público. E o exemplo deve ser dado pelo poder público", avalia o senador.

O projeto será analisado pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Infraestrutura do Senado. Após o trâmite, segue para a Câmara dos Deputados.

PROJETO ESTABELECE NORMAS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE APOIO EM ESCOLAS



A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) determina que as escolas mantenham profissionais de apoio para auxiliar os alunos nas atividades escolares. Para apoiar a contratação de profissionais e a organização da escola, o senador Romário apresentou um projeto de lei que estabelece critérios para a atividade profissional (PLS 278/2016).

O projeto exige que o profissio-

nal de apoio tenha formação que o habilite a auxiliar o aluno na superação das barreiras. Outra medida, sugerida no texto, é que o profissional se responsabilize por, no máximo, 3 alunos. Com isso, o senador acredita que o profissional poderá propiciar aos estudantes amplo espaço para o desenvolvimento de suas potencialidades.

O profissional de apoio deverá auxiliar o aluno com alimentação,

cuidados pessoais e locomoção, assim como na inclusão pedagógica, sob a forma de acompanhamento individualizado e de promoção, em caráter geral.

O texto abre ainda a possibilidade dos pais ou responsáveis contratarem o profissional de sua preferência. Nesses casos, eles deverão se responsabilizar pelo pagamento da remuneração.

ISENÇÃO DE IPI SOBRE VEÍCULOS PODE SER ESTENDIDA A TODAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



Um projeto de lei estende a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis (PLS 276 de 2016). Hoje, somente pessoas com impedimentos de ordem física, visual, mental e autistas são beneficiadas com o desconto. A nova lei incluirá pessoas com deficiência auditiva, por exemplo.

Autor do texto, o senador Romário argumenta que o projeto corrige uma injustiça legal. "Caso aprovada,

todas as pessoas com deficiência, assim consideradas em conformidade com avaliação biopsicossocial, terão como pleitear a isenção do IPI, o que certamente contribuirá para a sua mobilidade", explica.

O benefício poderá ser utilizado pela pessoa com deficiência, diretamente, ou por intermédio de seu representante legal. O imposto também não incidirá sobre acessórios que promovam acessibilidade no uso do veículo. A isenção poderá ser utilizada uma vez, exceto caso o veí-

culo tenha sido adquirido há mais de dois anos; se tiver sido roubado; ou sofrido sinistro que acarrete a perda total.

A legislação brasileira considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

CPI DO FUTEBOL

COMPROVA QUE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ATUA NA CBF

RELATÓRIO COM SUGESTÃO PARA INDICIAMENTO DE NOVE PESSOAS JÁ ESTÁ NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, POLÍCIA FEDERAL E FIFA

Um ano e quatro meses depois de sua instalação, a CPI do Futebol, que investigou "suspeitas de corrupção na CBF e no Comitê Organizador da Copa do Mundo no Brasil", encerrou os trabalhos com dois relatórios: o do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e o do senador Romário (PSB-RJ), presidente da Comissão.

Sem qualquer pedido de indiciamento, o documento oficial, aprovado na comissão, ficou conhecido como "chapa branca", isto é, atendendo aos interesses dos cartolas, em geral, e os da CBF, em particular.

Já o relatório alternativo, voto em separado dos senadores Romá-

rio e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou ao Ministério Público Federal nove indicações para indiciamentos. Ao mesmo tempo, o documento foi encaminhado à FIFA, que já acusou o recebimento e pode impor sanções a dirigentes brasileiros.

As conclusões do Relatório Alternativo da CPI, em 1.204 páginas, ganharam enorme destaque na mídia internacional pela consistência do texto e volume de provas de corrupção apresentados. Espanha, Itália, Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, França, Finlândia, estão entre os países que repercutiram as conclusões da CPI com as declarações de Romário.

"As minhas piores suspeitas so-

bre a corrupção no futebol se confirmaram, infelizmente. E esse gravíssimo problema, que vem de anos, está na raiz do vexame que foi o 7 a 1, nossa mais recente e triste derrota em campeonatos mundiais", declarou Romário.

Na última sessão da CPI, Romário sugeriu que os dois relatórios fossem aprovados como documento único: o oficial, com 380 páginas que propôs mudanças na legislação do futebol e na Lei de Lavagem de Dinheiro, e o paralelo, com as nove sugestões para indiciamentos. Mas os parlamentares, liderados pelo relator Romero Jucá e alinhados aos

interesses da CBF, não aceitaram e apenas o oficial foi aprovado.

A recusa foi mais um capítulo das dificuldades que Romário e Raulo Rodrigues enfrentaram nos 14 meses de trabalho da CPI. Senadores se curvaram ao lobby da CBF e dificultaram as investigações, quer se afastando das sessões para não dar quórum para deliberar, quer não aprovando requerimentos para depoimentos à CPI.

"Era claro o objetivo de não criminalizar nenhum dirigente do futebol brasileiro, empresário ou político envolvido na organização criminoso que tomou conta do fu-

tebol", aponta Romário.

Este comportamento dos parlamentares se observou mesmo diante da realidade de dirigentes que estão formalmente indiciados pela justiça norte-americana, como o ex-presidente da CBF, José Maria Marin e o empresário José Hawilla. Ambos presos nos Estados Unidos por fraude, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha em um esquema de corrupção internacional que movimentou cerca de 150 milhões de dólares (mais de 470 milhões de reais) em 24 anos.

FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



REPERCUSSÃO

O RELATÓRIO DO SENADOR ROMÁRIO REPERCUTIU EM PAÍSES COMO ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA, ITÁLIA, ESPANHA, PORTUGAL E FINLÂNDIA.



CPI ouviu jornalistas esportivos



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

LUTA DE ROMÁRIO CONTRA A CORRUPÇÃO NO FUTEBOL É ANTIGA

Primeiro brasileiro campeão do mundo de futebol (1994) a se tornar senador da República, Romário consegue na segunda tentativa instalar uma CPI para investigar os bastidores da gestão financeira do nosso futebol. A primeira foi no mandato de deputado federal (2011-2014). O ex-atleta reuniu provas e apresentou um pedido de investigação parlamentar e, mesmo tendo cumprido todas as exigências regulamentares, o então presidente da Câmara, Marco Maia, não instalou a CPI.

Em fevereiro de 2015, quando assumiu o mandato de senador da República, Romário solicitou apoio ao presidente da casa, Renan Ca-

lheiros (PMDB-AL), para criar a CPI do Futebol. "Vamos esperar por um momento mais oportuno", disse Renan.

O tal "momento" chegou, em 27 maio de 2015, quando a polícia norte-americana prendeu vários cartões que estavam em Zurique para uma assembleia da FIFA, entre eles o brasileiro José Maria Marin, então vice-presidente da CBF. Renan Calheiros não teve como escapar e autorizou a CPI.

CPI NÃO ACABOU EM PIZZA

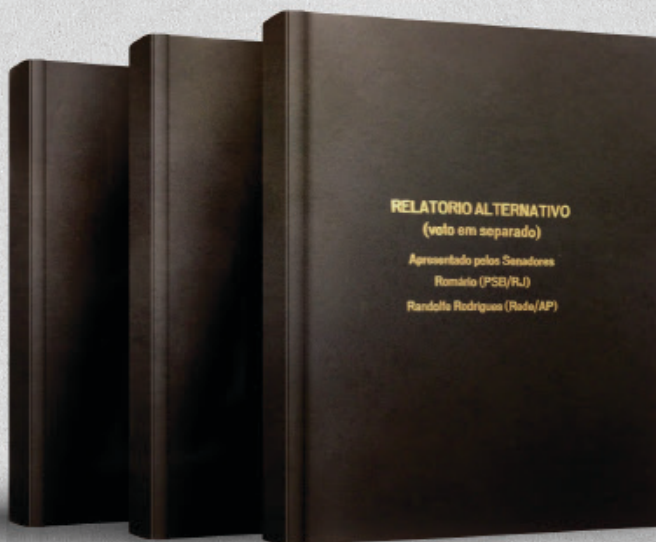
"Não se pode afirmar que o trabalho da CPI terminou em pizza. A CPI cumpriu seu papel com excelência. Iniciamos o trabalho com a tese de que havia crimes sendo praticados por altos executivos do futebol e comprovamos isso. Cabe agora ao Ministério

Público e à Polícia Federal aprofundar e concluir as investigações. Se assim o fizerem, tenho certeza que essas pessoas serão formalmente processadas e podem ir para a cadeia", declarou o senador Romário.

Os senadores apoiaram o encaminhamento do relatório paralelo ao Ministério Público. Humberto Costa lembrou que em outras CPIs, o relatório não oficial gerou mais processos que o aprovado na comissão. Omar Aziz também manifestou confiança em mais resultados. "O seu trabalho com certeza será utilizado de forma criteriosa e transparente pelos órgãos para onde estarão sendo encaminhados", disse a Romário. Por sua vez, Magno Malta também declarou que, em outras ocasiões, o relatório não oficial surtiu mais efeitos que o oficial.

CPI VAI VIRAR LIVRO

Ainda em 2017, deve ser lançado um livro com os bastidores da CPI do Futebol presidida por Romário. Publicação trará detalhes sobre como a CBF atua para encobrir crimes que enriquecem ilicitamente seus dirigentes.



CPI recebeu o prestigiado jornalista da BBC de Londres, Andrew Jennings



FOTO: WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Audiência com presidentes de federações estaduais



FOTO: JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Depoimento de Marco Polo Del Nero na CPI do Futebol



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

FIM DO MONOPÓLIO DE TRANSMISSÃO DOS JOGOS

NO RELATÓRIO PARALELO, APRESENTADO NA CPI DO FUTEBOL, OS SENADORES ROMÁRIO E RANDOLFE RODRIGUES PROPÕEM 11 MEDIDAS PARA MODERNIZAR O FUTEBOL BRASILEIRO.

1. COLÉGIO ELEITORAL

A primeira delas é a mudança da composição do colégio eleitoral da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com a inclusão de representantes das séries C e D. O texto também sugere que participem do colégio eleitoral representantes do futebol feminino, dos técnicos e da arbitragem, em número a ser estipulado.

2. LIGA NACIONAL

A ideia é deixar a cargo da CBF apenas a gestão das Seleções, em todos os níveis e categorias, enquanto a Liga organizaria os campeonatos masculino e feminino das séries A, B, C e D; Copa do Brasil, Campeonatos Sub-17; Sub-20 e seus correlatos no naipe feminino.

3. FUTEBOL FEMININO

Para os senadores, a CBF deverá investir mais e atrelar a competição do futebol feminino ao masculino nas séries A e B. A ideia é criar um vínculo afetivo às equipes femininas de seus respectivos clubes no grupo masculino.

4. ARBITRAGEM INDEPENDENTE

A sugestão visa garantir independência total da CBF, tanto na estrutura quanto na gestão. Segundo o texto, hoje a comissão de arbitragem está ligada à estrutura institucional da CBF, mas sem que os árbitros tenham vínculos trabalhistas. "Sugerindo uma disfarçada independência da categoria", diz o documento.

5. INDEPENDÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA

O documento aponta que a entidade é "totalmente dependente das entidades de administração do esporte, revelando-se uma relação promíscua e resultando, em algumas ocasiões, em decisões judiciais altamente suspeitas de isenção institucional e legalidade jurídica".

6. CALENDÁRIO

O atual modelo do calendário do futebol é outro ponto atacado pelo relatório: "É urgente a adoção de um calendário que não sacrifique os clubes da elite do futebol, enquanto despreza e prejudica as instituições das séries inferiores", diz o documento.

7. REPRESENTAÇÃO DOS ATLETAS NA CBF

O relatório lembra que é impossível a prática esportiva sem a presença de atletas. Assim como, sem que eles tenham direito à voz ou voto na instituição onde têm o seu registro profissional, "as medidas adotadas pela CBF ou federações ficam cangas e agem de forma autoritária", diz o texto.

O relatório lembra ainda que o Conselho Nacional do Esporte, órgão consultivo do Ministério do Esporte, há muito acolhe representantes dos atletas em seu colegiado.

8. DEMOCRATIZAÇÃO DAS IMAGENS DO FUTEBOL

O texto sugere que a CBF combata monopólio das imagens do futebol

e democratize as negociações de direitos de transmissões de eventos oficiais. Também registra a informação de que o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) analisa, desde maio de 2016, a legalidade do monopólio das transmissões do futebol pela Rede Globo de Televisão.

A proposição da CPI é de que seja garantida a participação de todas as emissoras de TV interessadas na disputa comercial pelas imagens do futebol.

9. BALANÇO FINANCEIRO

Senadores propõem que o balanço financeiro anual seja distribuído aos membros do colégio eleitoral da CBF trinta dias antes da votação.

10. PUBLICIDADE

CBF deve proibir a publicidade e patrocínios de bebidas alcoólicas e cigarros em clubes, uniformes e eventos esportivos oficializados pela entidade, defende o relatório.

11. SELEÇÃO

Por fim, o documento sugere a proibição da participação de empresários e/ou agentes do futebol na Comissão Técnica da Seleção Brasileira. "A Seleção Brasileira de Futebol não é e não pode se transformar em um balcão de negócios, nem servir de vitrine de ocasião para facilitar transações de atletas", finalizam os senadores Romário e Randolfe.

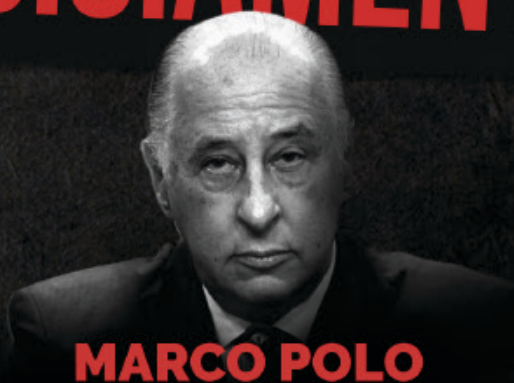
SUGESTÕES DE INDICIAMENTOS



RICARDO TEIXEIRA

EX-PRESIDENTE DA CBF

Estelionato; crime contra a ordem tributária; crime contra o Sistema Financeiro Nacional; lavagem de dinheiro; organização criminosa e crime eleitoral.



MARCO POLO DEL NERO

PRESIDENTE DA CBF

Estelionato; crime contra a ordem tributária; crime contra o Sistema Financeiro Nacional; lavagem de dinheiro; organização criminosa e crime eleitoral.



JOSÉ MARIA MARIN

EX-PRESIDENTE DA CBF (PRESO NOS EUA)

Estelionato; crime contra a ordem tributária; crime contra o Sistema Financeiro Nacional; lavagem de dinheiro; organização criminosa e falsidade ideológica.



GUSTAVO DANTAS FEIJÓ

PREFEITO DE BOCA DA MATA (AL)

Crime eleitoral



MARCUS ANTONIO VICENTE

DEPUTADO FEDERAL

Falsidade ideológica



CARLOS EUGÊNIO LOPES

ADVOGADO DA CBF

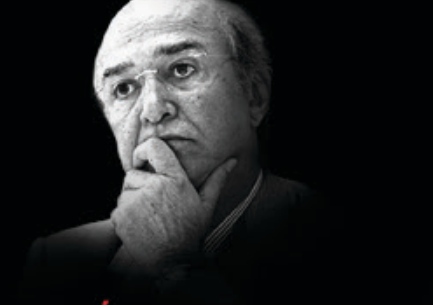
Falsidade ideológica



ANTONIO OSÓRIO RIBEIRO LOPES DA COSTA

Ex-diretor financeiro

Estelionato e crime eleitoral



JOSÉ HAWILLA

EMPRESÁRIO (PRESO NOS EUA)

Estelionato; crime contra a ordem tributária; crime contra o Sistema Financeiro Nacional e lavagem de dinheiro; organização criminosa.



KLEBER FONSECA DE SOUZA LEITE

EMPRESÁRIO

Estelionato; crime contra a ordem tributária; crime contra o Sistema Financeiro Nacional; lavagem de dinheiro e organização criminosa.

PARECER DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA FACILITA APOSENTADORIA DE PESSOAS COM ELA



Para o Conselho Federal de Medicina (CFM), o paciente com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) sofre de doença irreversível e incapacitante. A partir dessa definição, o médico perito ou assistente terá mais segurança para emitir o laudo que dará ao paciente o direito de reivindicar a aposentadoria e a isenção do imposto de renda.

"O portador da ELA geralmente requer muitos cuidados. É humanitário que receba todos os benefícios fiscais e previdenciários previstos na lei", defende o relator do parecer CFM 03/2016, o neurologista Hideraldo Cabeça.

As doenças passíveis de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez estão relacionadas na portaria interministerial MPAS/MS 2.998/01. Já a Lei 7.713/88, que dá isenção do imposto de renda para aposentados e pensionistas portadores daquelas mesmas doenças, estabelecem que as pessoas com paralisia irreversível e incapacitante terão direito aos benefícios previdenciários e fiscais.

IRMÃ DE LUCIANO SZAFIR FOI VÍTIMA DA DOENÇA

A advogada e escritora Alexandra Szafir, irmã do ator Luciano Szafir, morreu em novembro depois de lutar por 12 anos contra a ELA. Mesmo debilitada, Alexandra continuou advogando e chegou a escrever um livro, auxiliada por equipamentos de comunicação que a ajudavam a escrever por meio dos olhos.

FOTO: RAFAEL CUSATO/CONTIGO



O ator se despediu da irmã com uma mensagem nas redes sociais. "'Minha irmã Alexandra, a maior guerreira que conheci, perdeu a batalha para essa doença nojenta que é a Esclerose Lateral Amiotrófica. Ale, obrigado por tantos bons momentos na minha vida. Te amo para sempre! RIP", escreveu Luciano Szafir.

DOENÇA

A ELA é uma degeneração dos neurônios do cérebro que provoca fraqueza muscular acompanhada de endurecimento dos músculos (esclerose), inicialmente em um dos lados do corpo, e atrofia muscular (amiotrófica). A esclerose lateral refere-se ao endurecimento da porção lateral da medula espinhal.

A doença não afeta o raciocínio intelectual, visão, audição, paladar, olfato e tato. Mas, os neurônios se desgastam ou morrem e não conseguem mandar mensagens aos músculos, gerando enfraquecimento, contrações involuntárias e incapacidade de mover os braços, as pernas e o corpo.



Comenda **Dorina Nowill**

PERSONALIDADES QUE ATUAM NA
DEFESA DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA SÃO PREMIADAS

Uma sessão especial no Senado agraciou cinco personalidades que contribuíram de maneira relevante para as pessoas com deficiência no Brasil. A cerimônia foi realizada no Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, celebrado em 21 de setembro. Receberam a comenda Fernando Antônio Pereira Gomide, Flavio José Arns, Helena Werneck, Lucia Willadino Braga e Aloysio Campos da Paz Júnior (*in memoriam*).

"O prêmio é uma homenagem do parlamento àqueles que contribuem diariamente para a melhoria nos direitos de milhões de brasileiros", afirmou o senador Romário, vice-presidente do Conselho da Comenda.

Indicada por Romário, a arquiteta Helena Werneck é mãe de uma menina com síndrome de Down e desenvolve campanhas de comunicação em prol da inclusão social. Um de seus trabalhos mais notáveis foi em 2004, com um comercial de TV que chamou a atenção de todos os brasileiros. A peça exibia uma menina com síndrome de Down dançando pela casa ao som de Elvis. O slogan "Ser diferente é normal" completava a peça. O responsável pela campanha foi o Instituto MetaSocial, fundado e presidido até hoje por Helena, que começou sua trajetória na área social em 1987. Em 2017, o instituto completa 20 anos.

EDUCADORA DÁ NOME AO PRÊMIO

A educadora Dorina de Gouvêa Nowill (1919-2010) ficou cega aos 17 anos de idade, mas nunca deixou que a deficiência atrapalhasse sua carreira.

Dorina se especializou em educação para pessoas com deficiência visual e, em 1948, trouxe para o Brasil máquinas de impressão em Braille.

Há 70 anos, criou a Fundação Dorina Nowill, uma entidade voltada ao auxílio de pessoas com deficiência visual que hoje é reconhecida pela qualidade de seus livros acessíveis e serviços de reabilitação.



TRATADO DE MARRAQUECHE AMPLIA ACESSO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA A LIVROS

No final de outubro, o Tratado de Marraqueche entrou em vigor no Brasil. O acordo foi elaborado em 2013 e permite a liberação dos direitos autorais para permitir a livre produção e distribuição de livros em formato acessível (livro falado, Daisy ou em Braille). Esse era o último passo que faltava para o país se tornar signatário do acordo.

Essa liberação vale apenas para um grupo de pessoas beneficiárias do tratado. São: pessoas com deficiência visual (incluindo cegos), com deficiência de percepção, dislexia ou qualquer deficiência que impeça a pessoa de manipular um livro.

Apesar de ser aberto a outros tipos de deficiência, o Tratado de Marraqueche beneficia especialmente cegos. Para ler, eles precisam que

os livros sejam publicados em Braille, mas as editoras não têm interesse comercial em comprar os direitos. O tratado permite a livre reprodução dessas obras a esse público específico desde que não haja finalidade lucrativa.

Dessa forma, a própria pessoa ou associação podem imprimir ou disponibilizar os livros em formato acessível.

Bolsa-Atleta

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PRIORIZA ESPORTISTAS COM BAIXO PATROCÍNIO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o projeto do senador Romário que altera critérios para a concessão do Programa Bolsa-Atleta (PLS 709/2015). O texto veda atendimento a atletas que já tenham rendimentos acima de 360 salários mínimos anuais. Pelo valor do salário mínimo vigente em 2016, esse teto equivale a quase R\$ 317 mil por ano, uma renda superior a R\$ 24 mil mensais.

O projeto prevê pena de suspensão imediata do benefício caso a concessão seja feita em desacordo com o teto estabelecido. Além disso, o atleta ficará proibido de concorrer a novo benefício nos dois primeiros anos subsequentes ao da suspensão.

O projeto também modifica os critérios para o recebimento do Programa Bolsa Pódio. Hoje, para receber o benefício, o atleta precisa ser indicado pelos comitês Olímpico e Paralímpico. Pelo projeto, para concorrer, basta que o atleta esteja entre os 20 primeiros colocados do

mundo em sua modalidade.

Romário explica que o programa recebe críticas porque concede benefícios a atletas que já recebem patrocínios privados, enquanto outros atletas com potencial elevado, mas menor capacidade de captação, não são beneficiados pelo Governo.

No relatório aprovado na Comissão de Educação, o senador Lasier Martins (PDT-RS) inseriu um dispositivo que obriga o beneficiário a entregar ao Bolsa-Atleta a cópia da sua declaração de imposto de renda. Assim, é possível verificar se o beneficiário continua na faixa de renda estipulada.

O PROGRAMA

O Bolsa Atleta existe desde 2005 e destina R\$ 370 por mês a atletas de base a R\$ 3.100 a atletas olímpicos e paralímpicos e é hoje o mais importante programa de benefício esportivo do país.

APROVADO PROJETO QUE FACILITA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PARA EDUCAR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

As Apaes e Pestalozzis são entidades sem fins lucrativos que realizam um reconhecido trabalho na educação de crianças com deficiência intelectual. Só as Apaes têm mais de 2 mil unidades em todo o Brasil. Essas instituições, no entanto, sofrem com a falta de incentivo e precisam de convênios com o poder público para se manterem.

Na busca pela sobrevivência dessas instituições, o senador Romário apresentou um projeto de lei que permite a contratação das

entidades pelo poder público (PLS 69/2015). O projeto foi aprovado em 2016 na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

O texto deixa claro que o governo pode adotar, como uma alternativa, a educação especializada oferecida pelas entidades sem fins lucrativos que atuam na educação de alunos com deficiência, transtornos globais no desenvolvimento de altas habilidades e superdotação.

De acordo com o senador Romário, trata-se de alunos específicos

que não podem ficar sem escola e educação profissional. "É um trabalho que as Apaes e Pestalozzis realizam com eficiência. É através desses convênios que as entidades mantêm professores e projetos voltados para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho", explica.

O projeto será analisado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, depois disso, será apreciado pela Câmara dos Deputados.

ARTILHEIRO DO SENADO

COMISSÃO PRESIDIDA POR ROMÁRIO FOI A QUE MAIS APROVOU PROJETOS DE LEI

Sob a presidência do senador Romário, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foi a que mais aprovou pareceres a projetos de lei no biênio 2015/2016. Foram 75 projetos aprovados, em 2016, e 94 aprovados, em 2015. As estatísticas não contabilizam Propostas de Emenda à Constituição (PEC), nem Projeto de Lei de Conversão, que não tramitam na CE.

Entre os projetos importantes aprovados nos últimos dois anos está a inclusão do ensino da Constituição nas escolas, de autoria do Romário.

O projeto agora está em análise na Câmara dos Deputados.

DATAS

Comemorativas



21/09

DIA MUNDIAL DA DOENÇA DE ALZHEIMER

A doença que ataca o sistema nervoso e afeta a compreensão, a atenção e a memória, tem no dia 21 de setembro a oportunidade de jogar luz no assunto e apresentar meios de frear os seus avanços, especialmente em casos de diagnóstico precoce. A proposta do Dia Mundial da Doença de Alzheimer é também a de orientar e apoiar familiares de pacientes a fim de garantir a qualidade de vida dessas pessoas, dar o suporte necessário àqueles que lidam de perto com o problema, desmitificar preconceitos e apresentar progressos científicos da área.

01/10

DIA INTERNACIONAL DO IDOSO

Comemorado em 1º de outubro, a data tem o objetivo de sensibilizar a sociedade com as causas da população idosa. Dar assistência, promover a integração desse segmento e assegurar a sua independência são princípios estabelecidos pela ONU.



11/10

DIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

11 de outubro é o dia de enaltecer a luta de milhões de pessoas com deficiência em busca de uma melhor qualidade de vida. Segundo o Censo de 2010, mais de 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência. Desses, 13 milhões têm algum comprometimento físico.



20/10

DIA MUNDIAL DE COMBATE À OSTEOPOROSE

20 de outubro é o Dia Mundial de Combate à Osteoporose, doença que fragiliza os ossos e que acomete, principalmente, homens e mulheres na faixa de 50 anos. Segundo a Federação Internacional de Osteoporose, cerca de 10 milhões de brasileiros sofrem com a doença. O diagnóstico precoce é fundamental para o tratamento, que consiste em mudanças de hábitos alimentares, início à prática de exercícios e adoção de medicamentos.



29/10

DIA MUNDIAL DA PSORÍASE

A psoríase é uma doença autoimune e não contagiosa, que se manifesta através de manchas, lesões vermelhas, ardência e, entre outros sintomas, sensibilidade na pele. A Organização Mundial de Saúde (OMS) propôs uma data que visa promover o debate e aumentar a conscientização acerca do problema: 29 de outubro. Em 2016, a importância do apoio familiar foi o tema da campanha "Psoríase, um assunto para todos".



ROMÁRIO REJEITA PROJETO QUE AUTORIZAVA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SEM REMUNERAÇÃO

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou, em outubro, o relatório do senador Romário (PSB-RJ) de rejeição a um projeto de lei que permitia a contratação de pessoas com deficiência como aprendizes (PLS 118/2011). O texto, na opinião do relator Romário, permitia que as empresas usassem a relação de aprendizagem para se desvencilhar das obrigações legais.

A medida visava atender a uma queixa dos empresários, que alegam ter dificuldade de cumprir a Lei de Cotas. Essa legislação exige que empresas com 100 ou mais empregados preencham de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência (artigo 93 da Lei 8.213 de 1991), sob pena de multa.

Os beneficiados com a lei reclamam que há preconceito por parte das empresas, essas, por sua vez, justificam que não preenchem as vagas por falta de profissionais. O problema, segundo os empresários, seria a falta de qualificação das pessoas com deficiência.

ALTERNATIVA

A falta de qualificação de pessoas com deficiência é um problema real. O Censo de 2010 apurou que 61,1% delas não têm ensino fundamental completo. O fato preocupou o senador Romário e o fez ampliar o debate. Chamados para uma reunião, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), os Centros de Referência para Pessoas com Deficiência (CRPD) e da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAE) ficaram de colaborar com a produção de uma legislação ampla sobre o tema para resolver o problema.

"Quando uma sociedade se decide pela implementação de ideais de igualdade, como é o caso da nossa, a maneira correta de se fazer isso é dialogando com as forças internas desta sociedade", concluiu Romário em seu relatório.

O parlamentar também rejeitou, no mesmo relatório, o projeto de Lei que aumentava os custos do empresário que descumprisse a Lei de Cotas.



TV DIGITAL TRAZ ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Brasil está em período de transição da TV analógica para digital e isso vai trazer acessibilidade para pessoas com deficiência. Quem tem aparelhos de televisão com a nova tecnologia ou adquiriu um conversor digital já percebeu a mudança no sistema.

O sistema digital possui quatro recursos de acessibilidade. A legenda oculta (também conhecida como *closed caption*), dublagem, audiodescrição e janela de libras.

Usada por surdos, a legenda oculta transcreve diálogos, efeitos sonoros e sons de tudo que está rolando na TV. A audiodescrição associada à dublagem, permite que pessoas com deficiência visual e intelectual possam ouvir com detalhes descrições de imagens e diálogos.

Já a janela de libras permite que as informações sejam interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O prazo para a transição do sinal analógico para digital deve terminar no fim de 2018 em todo o Brasil. Brasília e o entorno do DF são as primeiras grandes cidades do país a fazerem a transição.

EDUARDO GONÇALVES DE ANDRADE
"TOSTÃO"

ARTIGO
POR ROMÁRIO FARIA

Sobre Craques

Tostão foi um dos maiores craques do Brasil. Fez história dentro e fora dos campos. Na crônica esportiva, onde escreve há bom tempo, é atual e moderno, com um olhar crítico

No livro que lançou este ano – "Tempos vividos, sonhados e perdidos – Um olhar sobre o futebol" – Tostão faz uma ótima retrospectiva sobre os craques que viu jogar, e dedica um capítulo ao "humanista" João Saldanha, cronista esportivo e técnico da Seleção Brasileira na fase de classificação para a Copa do Mundo do México, 1970.

Nesta viagem pelo tempo do futebol, Tostão foi generoso quando se referiu a mim, nos meus bons tempos de jogador. Lá pelas tantas, ele escreveu:

"Romário está entre os maiores centroavantes da história do futebol mundial. Foi o mais genial. Antes de a bola chegar ao companheiro, ele, com um olhar no passe e outro nos zagueiros, com o corpo de lado, já pronto para partir, recebia a bola nas costas dos defensores. Era um craque também nos pequenos espaços, pela rapidez com que decidia as jogadas.

Depois de mais alguns parágrafos, Tostão conclui:

"Cruyff, que foi técnico de Romário no Barcelona, chamou-o de 'o maior gênio da área'. Contam que, numa festa do Barcelona para homenagear seus grandes ídolos, Cruyff foi o mestre de cerimônias. Apresentou todos os jogadores e,

quando chegou a Romário, disse: 'O maior de todos'."

Obrigado Mestre Tostão. Você também nos encheu de orgulho e ensinamentos com o elegante futebol que sempre exibiu, principalmente na conquista do tricampeonato mundial, em 1970.

Campeão junto com Tostão na Copa de 70, destaco aqui também as palavras Gérson de Oliveira Nunes, o "Canhotinha de ouro". Um dos melhores meias da história do futebol brasileiro, Gerson disse esses dias que gostaria de ter jogado comigo. Para ele, eu teria vaga na seleção campeã de 70. Tenho certeza que nos divertiríamos muito em campo.

Perguntaram para ele quem foi melhor, eu ou o Ronaldo. A resposta foi enfática: "Romário. E não é melhor não, é muito melhor. Por tudo. Inteligência... Olha o tamanho dele. Romário fugiu à regra. Cara de dois metros ele enrolava os caras. Os gols que ele fez foram negócio de maluco. Na Copa do Mundo (94) ele e o Bebeto vinham no meio do campo, pegavam a bola e faziam os gols. Não tinha meio-campo".

GÉRSON DE OLIVEIRA NUNES
"CANHOTINHA DE OURO"



TOSTÃO: tempos vividos, sonhados e perdidos – Um olhar sobre o futebol
Companhia das Letras – 2016

WWW.ROMARIO.ORG



ROMÁRIO FARIA



@ROMARIOFARIA



@ROMARIOONZE



ADICIONE:
21 997949911



PSB40



Índio mascote da Chapecoense, em homenagem a todas às vítimas do acidente com o avião que transportava o time, jornalistas e convidados para a disputa da final da Copa Sul-Americana, em Medellín, na Colômbia.